

Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades

Joseli Maria Silva



A geografia científica produzida por nós geógrafas(os) é um campo de saber engendrado por relações de poder. Apenas quando assumimos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de se “fazer a geografia”, duvidando da consagração das “verdades” estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico.

As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, conseqüentemente, de suas próprias teorias científicas. Embora a epistemologia contemporânea, abalada pela crise da objetividade dos enunciados científicos, já tenha reconhecido que as teorias são sistemas de ideias derivados de uma cultura que se difunde pela linguagem e que marca profundamente os saberes propagados e incorporados pelos cientistas, ainda falta desenvolver, por parte dos produtores do saber científico, uma prática científica reflexiva em torno do “conhecimento do conhecimento”.

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades.

A conquista da hegemonia do saber geográfico branco, masculino e heterossexual se dá pelas relações de poder que se praticam sobre o conjunto social. Contudo, os grupos subordinados são ativos e exercem um contrapoder à ordem estabelecida. O poder apresenta fissuras e implica múltiplos feixes de relações. Assim, a subordinação das pessoas ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, que desestabilizam a pretensa universalidade científica. Nessa perspectiva, emergiram as chamadas “geografias feministas”, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico.

As(os) geógrafas(os) que participam desse movimento contestatório procuraram meios para construir outras versões geográficas da realidade social. Contudo, estavam cientes de que sua formação intelectual e toda a base conceitual disponível no campo científico eram frutos do saber hegemônico – justamente aquele que contestavam. Assim, paulatinamente, desconstruíram o discurso geográfico, procurando revelar as redes que tecem o saber/poder da sociedade, e construíram novas versões da ciência geográfica.

O movimento é heterogêneo espacialmente e se expressa com mais evidência nas universidades europeias, notadamente na Inglaterra e nas universidades norte-americanas, com pequena expressão na América Latina, como afirma Monk (1994). No Brasil, de acordo com Silva S. e Lan (2007), o movimento feminista pouco influencia os pressupostos teóricos e metodológicos vigentes na geografia, sendo ainda uma perspectiva marginal e pouco expressiva no âmbito do discurso geográfico brasileiro.

O presente texto, nesse sentido, deve ser compreendido a partir do contexto histórico e geográfico próprio em que se desenvolveu o movimento feminista que contestou o poder da geografia hegemônica.

Entretanto, ao conhecer esta versão da história de nossa ciência, nós, geógrafas(os) brasileiras(os), não podemos deixar de questionar a impermeabilidade da geografia brasileira a esse movimento político-científico e, acima de tudo, aguçar nosso senso crítico para compreender que os princípios que organizam as produções discursivas da ciência hegemônica são os mesmos que produzem os silêncios e as ausências. As ideias aqui expressas têm por objetivo apresentar os debates inerentes ao desenvolvimento das perspectivas feministas na geografia, mas elas não devem ser compreendidas como exposição de uma cronologia de etapas do desenvolvimento do movimento em foco. Afinal, a própria denominação do campo, expressão plural, implica a noção da diversidade de abordagens que caracterizam as chamadas “geografias feministas”.

Mulheres e a luta pela visibilidade na geografia

A geografia, assim como outras ciências, é um saber que se desenvolve atrelado aos contextos histórico-geográficos e aos recursos de interpretações disponíveis, como as técnicas e as teorias. Os movimentos sociais, nesse sentido, compõem os saberes científicos e suas formas de interpretação da realidade. Dentre os vários movimentos sociais emergentes nos anos 60, o movimento feminista, notadamente aquele reconhecido como a “segunda onda”,¹ foi fundamental para a inspiração da ação de geógrafas que iniciaram um movimento interno à geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina, conforme argumenta o Women and Geography Study Group (WGSG) (1984). Em 1979, no Institute of

1 De maneira genérica, o movimento feminista é caracterizado por três momentos, atrelados a diferentes reivindicações das mulheres. A primeira onda, associada ao período entre o final do século XIX e meados dos anos 20 do século seguinte, tinha como fundamento o reconhecimento legal da igualdade de direitos entre homens e mulheres, como o direito ao voto, ao trabalho, etc. A segunda onda, que se desenvolveu entre os anos 60 e 80, buscava a igualdade de direitos nas transformações dos costumes e das ações cotidianas ligadas à liberdade sexual e às discriminações de gênero. A terceira onda emergiu nos anos 90, como crítica da segunda onda, e reivindicava a contemplação das diferenças das identidades femininas até então centradas na perspectiva universalizante da mulher branca. Para maior aprofundamento da perspectiva histórica do movimento, ler o artigo de Fraser (2007) “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação”.

British Geographers (IBG),² geógrafas inglesas assumiram o compromisso político de desenvolver estudos teóricos sobre gênero e promover as mulheres dentro das instituições acadêmicas e científicas. Segundo Rose (1993a), o compromisso com o projeto político feminista também foi acompanhado por geógrafas das universidades dos Estados Unidos e do Canadá.

Foram desenvolvidos vários estudos e diagnósticos sobre a evolução da situação das mulheres no campo acadêmico e científico da geografia. Um estudo de McDowell e Peake (1990) revelou que, apesar de mais de uma década de esforços das geógrafas feministas, os homens detinham os postos mais altos das hierarquias de poder, a exemplo dos cargos de coordenação e de direção dos centros universitários. Além disso, as autoras argumentavam que, apesar do aumento considerável do ingresso de mulheres nos cursos de geografia, a representação feminina diminuía ao serem considerados os mais altos graus acadêmicos. As constatações sobre a falta de equidade nos sistemas acadêmicos levaram as geógrafas à proposição de reformulações curriculares nos cursos de geografia, notadamente na área humana, conforme McDowell (1992).

A denúncia da invisibilidade das mulheres na geografia humana já havia sido feita por Monk e Hanson (1982), no célebre artigo “On not excluding half of the human in human geography”, publicado no periódico *The Professional Geographer*. McDowell (1992) argumenta que, a despeito de mais de dez anos de trabalho das geógrafas feministas, as relações de gênero como elemento de organização da sociedade eram ignoradas como conteúdos nas mais variadas disciplinas acadêmicas da área de geografia humana. Isso implicava a desconsideração de que a humanidade era composta de homens e mulheres. Além disso, o esquecimento da produção científica do grupo de geógrafas era uma forma de manter o domínio masculino, o que dificultava o progresso das teorias feministas. Outras estatísticas elaboradas pelas feministas também evidenciaram a desproporção da representação feminina em relação à masculina nas áreas de geografia física e geotecnologias, bem como o baixo percentual de artigos de autoria feminina publicados nos mais importantes periódicos de geografia de língua inglesa, como informa Rose (1993a).

Os trabalhos de geógrafas feministas como Susan Hanson, Janice Monk, Doreen Massey, Linda McDowell, Gillian Rose, Mona Domosh, Liz Bondi e Joanne Sharp, entre outras, geraram discussões a respeito dos difíceis desafios a serem superados para atingir

2 Atualmente fundido à Royal Geographical Society.

os objetivos do projeto político por elas traçado. McDowell (1994) apresenta uma entrevista realizada com Susan Hanson, presidente da Association of American Geographers entre os anos de 1991 e 1992, destacando, em seu trabalho, as dificuldades profissionais enfrentadas pelas mulheres que exercem cargos de mando em conciliar as suas vidas familiares. Um dos pontos altos da entrevista é o relato de Hanson sobre sua percepção de que as mulheres que obtêm maior sucesso profissional encontram-se, em sua maioria, solteiras, divorciadas ou viúvas, evidenciando o fato de que as que constituem família inevitavelmente são mais exigidas do que os homens e que, assim, os dois obtêm resultados diferentes, tanto no âmbito profissional como no familiar.

Outro aspecto ressaltado refere-se à necessidade de as mulheres se despojarem de suas características identitárias femininas para serem respeitadas como intelectuais no âmbito acadêmico e científico. A entrevista é propositadamente construída de forma a demarcar as diferenças de oportunidades e dificuldades entre homens e mulheres no campo profissional, e também para incluir a perspectiva de uma discussão política que incorpore vidas pessoais, revelando, portanto, que os espaços privado e público são constituidores de uma mesma realidade socioespacial. As geógrafas feministas estavam dispostas a tornar visível a centralidade masculina, tanto nas teorias geográficas quanto nas atividades cotidianas desenvolvidas durante o desempenho de seus trabalhos acadêmicos.

Rose (1993b) define a geografia como um conhecimento masculino que se sustenta nas práticas acadêmicas mais comuns, como na escolha de temas a serem estudados, na eleição de aparatos teóricos e metodológicos consagrados e na elaboração dos perfis de congressos e seminários. As mulheres, para praticar a geografia, devem assumir as referências masculinas de ciência, uma vez que o lugar central da enunciação do discurso geográfico é, como visto, o homem branco, burguês e heterossexual, e esta posição permite a hegemonia de suas concepções sobre o gênero, a raça e a sexualidade. Segundo Rose (1993b), a feminilidade, por exemplo, é compreendida por suas diferenças em relação à masculinidade, e as outras identidades raciais e sexuais são concebidas pela autopercepção do sujeito branco e heterossexual.

Enfocando a área física da geografia, McEwen (1998) afirma que as origens da ciência geográfica, enquanto saber institucionalizado, ocorreram a partir da ótica masculina vigente no século XIX, que privilegiava a objetividade e a racionalidade na análise da realidade espacial, criando, assim, uma ilusão de que geógrafos(as) são capa-

zes de produzir ideias e pensamentos livres de contextos, valores, emoções e subjetividades. A estrutura dualizada que compõe o pensamento científico persiste no presente da prática geográfica, segundo McEwen (1998).

Também argumentam na mesma direção McDowell (1999) e Rose (1993b), ao apontar as dualidades oposicionais presentes no pensamento científico que organizou o universo masculino e feminino; as autoras criticam as práticas geográficas que têm alimentado a estrutura dual de forma hierarquizada, privilegiando as características masculinas, em detrimento das femininas. De forma genérica, o modelo instituído apresenta-se da seguinte forma:

masculino	feminino
transcendência	imanência
racional	irracional
cultura	natureza
atividade	passividade
razão	emoção
mente	corpo
público	privado
produção	consumo
trabalho	ócio
independência	dependência
poder	submissão
força	fragilidade
rua	casa

As geógrafas denunciam que o discurso geográfico científico é generificado e hierarquizado: as características masculinas são consideradas superiores em relação às femininas. Segundo elas, a paisagem como natureza passiva é feminina, exemplificada pela noção da “Mãe Terra”; em oposição, constrói-se a ideia de conquista e dominação da natureza, realizada pela razão e pelo trabalho “do homem” que produz o espaço. As características associadas ao feminino, segundo McDowell (1999), são irracionalidade, emoção, dependência, privacidade e pro-

ximidade à natureza, ao passo que os atributos masculinos estão relacionados ao racional, científico, independente e público. As mulheres estão à mercê do corpo e das emoções, ao passo que os homens representam a superação desses aspectos considerados “primários”. Essa divisão binária, segundo McDowell, relaciona-se intimamente com o espaço e com a definição daquilo que é “natural” e do que é “cultural”, e relaciona-se, ainda, com as regulações que influenciam quem ocupa determinado espaço e quem está excluído dele; por consequência, ela estrutura o pensamento e a produção científica da geografia. A debilidade da “ordem natural” das diferenças de categorias atribuídas ao feminino e ao masculino, geradoras de hierarquias, também foram denunciadas por Bondi (1990 e 1992).

Segundo Rose (1993b), se o *status* do conhecimento científico só é adquirido mediante a razão e a objetividade, e se a qualidade da racionalidade é masculina, então o conhecimento produzido pelas mulheres é desconsiderado, uma vez que elas são vistas como seres regidos por emoções. Segundo McDowell (1999), a lista de distinções binárias do discurso geográfico generificado, familiar ao senso comum, é compreendida como a ordem “natural” da organização da realidade e produz a sensação de um discurso pretensamente “neutro” no que diz respeito à produção de desigualdades sociais. Massey (1995) faz uma crítica à produção do pensamento binário e hierarquizado, interiorizado na vida cotidiana, gerando consequências na estruturação das práticas das relações sociais e, portanto, das relações espaciais.

Com base nessas críticas, o movimento feminista empreendido na história da geografia passou a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial.

As lutas empreendidas pelas geógrafas resultaram em progressos para a perspectiva feminista, a saber: a inserção do gênero como tema transversal nas disciplinas da área humana; a criação de disciplinas específicas sobre o tema; a publicação de uma série de artigos na revista *Progress in Human Geography* e em volumes especiais sobre as abordagens feministas, como no periódico *The Professional Geographer*; e, até mesmo, a publicação de uma revista declaradamente feminista, em 1994, a *Gender, Place and Culture*, bem como o lançamento de vários livros sobre essa temática.

Contudo, o desenvolvimento das perspectivas feministas na geografia se mostra bem diferenciado; apesar das conquistas nos países em que o movimento surgiu, Monk (1994) aponta diferenças do

impacto do feminismo empreendido nas diversas regiões do mundo. No artigo “Place matters: comparative international perspectives of feminist geography”, a autora se vale de bases de informações da Comissão de Gênero e Geografia da União Geográfica Internacional, de trabalhos publicados nos congressos desta mesma instituição, além de textos publicados no *Journal of Geography in Higher Education*. Embora a própria autora reconheça que as fontes de seus dados são limitadas, ela constrói uma interessante análise sobre as formas e as diferentes intensidades das práticas geográficas feministas, em diferentes locais. A autora aponta a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, a Espanha e a Austrália como os centros mais ativos da prática geográfica feminista. Em segundo plano, a Holanda, os países escandinavos, o sul da Ásia, particularmente a Índia e o Sri Lanka, a África subsahariana, a Áustria, a Alemanha e a Suíça. Comparativamente a esses locais, a autora destaca que a França e a Bélgica, o leste da Ásia, o leste Europeu e a América Latina caracterizam-se por baixa atividade no desenvolvimento da perspectiva geográfica feminista.

Oberhauser *et al.* (2003) evidenciam a relação política/pessoal envolvida nas escolhas e nos posicionamentos teórico-científicos das mulheres que figuravam no centro do movimento que desestabilizou a hegemonia do pensamento geográfico ocidental. Sua investigação aborda a implicação das histórias de vida das pesquisadoras, na opção pela vertente feminista, explorando o movimento desta perspectiva a partir da sistematização dos trabalhos publicados em categorias temáticas e opções teóricas e metodológicas.

Os trabalhos desenvolvidos da metade ao final dos anos 70 estavam ligados às descrições das desigualdades de gênero, baseadas nas diferenças corporais, e centrados na categoria mulher. As pesquisas iniciais limitavam-se ao mapeamento de padrões espaciais de atividades femininas, ou à localização dessas atividades, e à produção de estatísticas femininas nas mais diversas áreas. Não obstante, a fase foi de vital importância porque teve o grande mérito de desafiar a perspectiva hegemônica masculina, abrindo caminhos para a visibilidade das mulheres na ciência geográfica.

Embora a geografia feminista tenha avançado nos espaços acadêmicos dos países em que o movimento surgiu, há ainda que se considerar, como argumenta Mignolo (2004), a geopolítica do conhecimento, já que grande parte das conquistas ainda não foi disseminada, e essas conquistas envolvem, sobretudo, a luta de mulheres brancas de grandes universidades norte-americanas e inglesas.

Do sexo ao gênero: uma revisão crítica da geografia feminista

A perspectiva baseada na categoria “mulher”, adotada inicialmente na década de 70, foi logo superada, por causa da forte associação deste termo com o caráter biológico e com a noção naturalizante a que as geógrafas feministas se opunham. Durante a década de 80, os estudos feministas foram fortemente influenciados pelo marxismo e pela noção de patriarcado, vinculando as lutas de classes às desigualdades de gênero. As formas explicativas de tais desigualdades entre homens e mulheres presentes na sociedade capitalista estavam baseadas na ideia da hegemonia das estruturas materiais, como elementos da opressão feminina. As geógrafas feministas entendiam que as questões de gênero, que envolvem as relações de dominação/subordinação, não podiam ser tratadas de forma isolada, mas sim, intrinsecamente às lutas de classes, para superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes nas sociedades, implicando, assim, a abolição de outras formas de opressão, entre elas a opressão das mulheres.

O patriarcado é compreendido pelas geógrafas feministas como um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade.

Engels (1986), na obra *El origen de la familia, la propiedad privada y el estado*, afirma que a ordem social se estabelece por meio dos diferentes graus de organização do trabalho e da família, entendendo que existe uma simbiose entre o sistema capitalista e a instituição da família pelo matrimônio monogâmico. Segundo ele, a organização da família burguesa representou a grande derrota histórica do sexo feminino, uma vez que o triunfo do capitalismo e da propriedade privada dependia de um modo de procriação que assegurasse a certeza da paternidade dos herdeiros da riqueza acumulada. Dessa forma, o matrimônio monogâmico exigia, por um lado, a fidelidade conjugal e a regulação da castidade feminina, e, por outro, permitia que os homens praticassem o adultério e tivessem contato com prostitutas. O autor afirma que a família monogâmica expressa a exploração do sexo masculino sobre o feminino e que o progresso da acumulação de riquezas, que se faz em benefício de alguns, é feito à custa da opressão e da dor de outros. Para Engels, tendo em conta que a constituição da família monogâmica se deu pela necessidade da concentração de riquezas nas

mãos masculinas, a serem repassadas aos herdeiros nascidos dentro do matrimônio monogâmico, se fossem extintas a propriedade privada e a exploração da classe trabalhadora ocorreria a libertação feminina, pois, assim, a família burguesa deixaria de ser necessária como unidade econômica.

Com base na obra *Theorizing patriarchy*, de Sylvia Walby, McDowell (1999) contempla a noção de patriarcado difundida nas primeiras versões dos estudos geográficos. Segundo ela, Walby sustenta que o patriarcado se mantém até os dias atuais graças a seis campos inseparáveis de análise da exploração do homem sobre a mulher: o trabalho doméstico; o trabalho remunerado; o Estado; a violência; a sexualidade; e as instituições culturais. A execução de tarefas no âmbito familiar é vista pelos homens como trabalho feminino apropriado, não-remunerado, obrigação “natural” feminina, “ato de amor” para com o esposo e os filhos, sendo pouco valorado na sociedade de mercado. Os homens também dominam as instituições públicas e o aparato legal, criando leis, normas e regulações que lhes favorecem. Muitas vezes, o machismo desencadeia ações de violência física e psicológica sobre mulheres, e o controle da sexualidade feminina pelos homens se estabelece pela regulação moral e mediante a posse masculina de seus corpos. O domínio dos homens no campo das instituições culturais é compreendido pela primazia da ótica masculina na elaboração das representações sociais hegemônicas das mulheres, consideradas inferiores a eles. Além disso, os campos de análise são interdependentes e funcionam pelas ações concretas desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres.

Embora McDowell (1999) reconheça a importância da abordagem dos estudos feministas a partir da noção de patriarcado, ela afirma que essa abordagem pecou pelo alto grau de generalidade, tendo em conta a universalidade das relações que se estabelecem entre homens e mulheres, desconsiderando contextos históricos e espaciais.

As abordagens iniciais sob a ótica do patriarcado careciam de aprofundamentos teóricos e sofriam com a reprodução das mesmas leis gerais, que impediam a expansão do campo de análise; além disso, seus fundamentos reforçavam a eterna posição de vitimização das mulheres, impossibilitando o vislumbre de possibilidades efetivas de transformações sociais. Essas abordagens foram mais tarde enriquecidas pelo conceito de gênero, o que removeu a carga de imutabilidade e onipresença que o patriarcado expressava de forma isolada.

A adoção do conceito de gênero superava a universalidade contida na noção de patriarcado, ao mesmo tempo em que avançavam

as críticas à utilização da categoria “mulher” associada aos aspectos biológicos dos corpos, tema de Simone de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo*, em que ela afirma que o corpo das mulheres não basta para defini-las, uma vez que a materialidade corpórea só adquire existência quando assumida pela consciência das ações no seio da sociedade.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. [...] Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada. (BEAUVOIR, 1967, p. 9-10).

A concepção da construção social que transforma fêmeas e machos humanos em homens e mulheres considera os gêneros masculino e feminino como papéis desempenhados socialmente. Dessa forma, o conceito de gênero nega a construção universal das diferenças sexuais e implica a análise temporal e espacial na configuração das relações sociais, envolvendo uma perspectiva relacional, já que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens. Essa concepção avançou também no campo da geografia, de acordo com McDowell (1999) e Rose (1993b), incorporando as análises geográficas da produção capitalista e da reprodução social à dimensão das relações de gênero, que são mediadas pelas diferentes escalas espaciais.

A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres.

A aceitação, no meio acadêmico, das ideias feministas de que as diferenças de gênero são elementos estruturadores da realidade socioespacial, tais quais as relações de classes, não foi uma tarefa simples para as geógrafas no âmbito da ciência geográfica, apesar de o movimento feminista fazer parte da crítica radical às chamadas geografias positivistas. As discussões de gênero foram, durante muito tempo, equivocadamente interpretadas como problemas de mulheres que só interessavam a um pequeno número de geógrafas. A compreensão de que as relações de gênero são relevantes para todo o conjunto social, inclusive para os homens, não se deu de forma fácil.

Vale a pena registrar dois momentos interessantes de embate das feministas dentro da geografia radical. Um deles é relatado por Linda McDowell (1999), dando conta de que no periódico *Antipode* – uma revista da geografia radical –, a geógrafa Susan Christopherson escreveu um artigo, em 1989, sobre as dificuldades da aceitação, por parte da corrente de pensamento majoritária, de incluir as diferenças de gênero como elementos de análise da estrutura socioespacial. Christopherson afirma que os problemas relativos à justiça e à igualdade de gênero estiveram fora da discussão para a maioria dos geógrafos, inclusive para aqueles que se autoproclamavam interessados na luta contra as desigualdades de classes e a favor das transformações sociais. O outro momento é o embate expresso num artigo de Iris Marion Young, publicado em *Antipode* (1998), sob o título “Harvey’s complaint with race and gender struggles: a critical response”. Nesse artigo, a estudiosa feminista critica a análise empreendida por David Harvey em seu livro *Justice, nature and the geography of difference*, lançado em 1996, no que diz respeito à sua posição sobre a impossibilidade de alcançar uma justiça universal por meio das lutas particulares dos movimentos sociais de gênero e raça. Young (1998) concorda com Harvey quanto à necessidade de união em torno das lutas contra a acumulação e o controle de recursos. Contudo, ela se opõe à ideia, expressa por David Harvey, de que a consideração das diferenças de gênero, raça, religião e capacidades físicas, por exemplo, possam desagregar um movimento amplo de justiça universal. Pelo contrário, ela argumenta que a contemplação das diferenças fortalece a inclusão social e amplia a eficiência de um projeto social universal, já que a universalidade é um produto da interação de particularidades.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que, embora as geografias feministas lutassem por um espaço teórico e político em que os eixos de poder das diferenças de gênero pudessem ser analisados, isso não quer dizer que essas diferenças possam ser isoladas conceitualmente de outras categorias de estruturação social, como classe, raça, reli-

gião, sexualidade, e assim por diante. Assim, o projeto feminista da geografia é ambicioso, porque, além da complexidade teórica que lhe é inerente, há um compromisso político explícito com as transformações das estruturas de poder criadoras das diferenças de gênero, que atribuem às mulheres um *status* social inferior ao dos homens. Isso demanda um trabalho que envolve desde relações cotidianas do espaço privado até relações sociais mais amplas, como o capital, o trabalho, a propriedade privada, o Estado e as religiões.

O avanço da perspectiva feminista na geografia, com a adoção do conceito de gênero, ampliou os estudos tanto das feminilidades como das masculinidades. Entretanto, tornaram-se mais comuns estudos enfocando o papel feminino na produção do espaço, elaborados especialmente por geógrafas. Esse fato ainda gera mal-entendidos, a exemplo dos equívocos de que os estudos de gênero são exclusivamente femininos e que, portanto, eles devem ser realizados por mulheres, e de que as análises de gênero devem obrigatoriamente apresentar um caráter comparativo³ dos universos masculino e feminino, para evidenciar as relações de poder entre homens e mulheres. Os desdobramentos desses lapsos de compreensão sobre os estudos de gênero na geografia geraram, durante muito tempo, a formação de guetos de pesquisadoras e o isolamento deste perfil de produção científica.

O enfoque feminista envolvendo a concepção de gênero enquanto construção social de papéis a serem desempenhados por homens e mulheres permitiu às análises geográficas evidenciar que as características das relações de gênero variam de acordo com diferentes espaços e escalas. Assim, as áreas das geografias urbana, econômica e política foram campos férteis de desenvolvimento de estudos por parte das geógrafas feministas.

A análise da produção científica realizada por Bondi e Rose (2003), em “Constructing gender, constructing the urban: a review of Anglo-American feminist urban geography”, embora restrita espacialmente, evidencia a trajetória de estudos que se desenvolvem no entrelaçamento das relações entre gênero e espaço urbano. As cidades se converteram em fértil campo de investigações feministas, justamente porque nessa escala espacial era possível compreender vários elementos simultâneos – como os aspectos sociais e econômicos – que compõem a vida das mulheres.

³ Embora haja muitos trabalhos comparativos, é preciso deixar claro que de forma alguma a utilização do conceito de gênero implica necessariamente essa prática metodológica, já que a dimensão relacional que a ideia de gênero expressa é a de que os seres humanos se fazem nas relações; nesse sentido, é perfeitamente cabível, na análise de gênero, estabelecer um recorte social específico a partir de um grupo feminino e/ou masculino.

O espaço urbano, notadamente nos países em que se desenvolveram tais estudos feministas, apresenta uma nítida separação de gêneros, com áreas dedicadas à produção do capital, hegemonicamente masculinas, e áreas ligadas à reprodução social, associadas às vivências femininas, argumentam Pratt e Hanson (1988). Assim, como afirma Massey (1984), a organização do espaço é compreendida como sexista e funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero. Esses autores criticam os padrões de uso e ocupação da terra, com a separação das áreas residenciais dos espaços produtivos e de serviços, e a qualidade dos sistemas de transporte, que dificultam a mobilidade urbana das mulheres, responsáveis pela vida familiar, e seu acesso às oportunidades de trabalho e de estudo. A concepção de cidade, segundo esses e outros trabalhos feministas, reforça os papéis tradicionais de homens e mulheres e constitui uma barreira para a superação das desigualdades de gênero, uma vez que ela separa de forma contundente as esferas públicas e privadas, como pode ser observado em McDowell (1983).

Na geografia econômica, os estudos enfocaram o trabalho feminino nos setores produtivos das indústrias, comércio e serviços, assim como suas relações com o trabalho doméstico, buscando compreender os diferentes posicionamentos de homens e mulheres nas estruturas setoriais, ocupacionais e de remuneração. McDowell (1991a) sustenta que as estruturas sociais e geográficas da organização do capital criam, constantemente, formas diferentes de exploração das classes trabalhadoras. Os aspectos de gênero, na medida em que as mulheres constituem grande parte da força de trabalho, passam a ser importantes elementos a serem considerados. Emergiram também as críticas de Drake e Horton (1983) sobre o sexismo presente na geografia política, e as propostas de Kofman e Peake (1990) para a produção de uma agenda específica de investigações sobre gênero no campo político.

Os trabalhos geográficos sob a influência marxista sofreram críticas pelo enfoque dualista dos papéis sociais masculinos e femininos, bem como pela predominância da bipolaridade na análise do espaço associado à produção e à reprodução social da sociedade capitalista. Além disso, o viés estruturalista criou uma feminilidade genérica, pautada pelas relações de classes e fundamentada na figura da mulher esposa, mãe e trabalhadora, pouco preocupada com outras identidades marcadas por sistemas políticos e culturais de opressão, como a sexualidade e a raça.

Contudo, há esforços, por parte de pesquisadores, em realizar inovações temáticas, incluindo a perspectiva da sexualidade associada

às relações capitalistas. Knopp (1992), em seu artigo “Sexuality and the spatial dynamics of capitalism”, afirma que a sexualidade, o gênero e a classe, juntamente com a raça, a etnia e tantos outros elementos, estão implicados de forma relacional. Segundo ele, as estruturas espaciais e os conflitos constitutivos das relações de classe são também elementos essenciais da sexualidade, e o desenho urbano baseado nas divisões dos papéis de gênero e da divisão espacial do trabalho implica a construção da sexualidade hegemônica. No entanto, argumenta o autor, as lutas sociais pelos direitos sexuais podem re-significar as representações dos espaços, tornando necessária a construção de caminhos contra-hegemônicos de reorganização espacial.

Duas importantes escritoras ativistas da década de 80, bell hooks⁴ e Gayatri Spivak, criticaram o protagonismo das mulheres brancas, de classe média, dos países desenvolvidos, na maior parte dos estudos feministas, evidenciando as clivagens da pseudounidade do movimento e chamando a atenção para as relações de poder e as diferenças existentes dentro da genérica categoria das mulheres, em torno da qual o movimento estava fundamentado, conforme argumenta McDowell (1999).

As críticas das mulheres negras e das mulheres do Terceiro Mundo contribuíram para os debates epistemológicos que transformaram os modos de produzir o conhecimento, por parte das feministas, as quais passaram a conceber a ciência como uma metanarrativa de um saber pretensamente neutro e universal, também em termos de raça e sexualidade.

Assim como as mulheres brancas reivindicaram, na década de 70, espaços teóricos e políticos de hegemonia masculina, as mulheres negras oriundas de países em desenvolvimento reivindicavam, agora, o reconhecimento de suas experiências específicas num contexto de globalização que deveria contemplar a multiplicidade étnica, racial e sexual.

As críticas levantadas pelas correntes pós-estruturalistas, calcadas no apelo às diversidades das feminilidades e masculinidades, não diminuem a importância das análises estruturais, mas levam à possibilidade do desenvolvimento do pensamento complexo. Isso porque os trabalhos de cunho estruturalista também absorveram as relações de gênero transpassadas pelas noções de classes, raças, idades e

⁴ “bell hooks” é como Gloria Jean Watkins se autodenomina. Sua escolha em utilizar letras minúsculas para escrever seu nome/apelido traz polêmicas aos linguistas. Alguns recomendam que seja respeitada sua escolha, enquanto outros argumentam que não há problemas em realizar adaptações. Para este texto, foi respeitada a vontade da autora.

etnias. McDowell (1991b), em seu artigo “The baby and the bathwater: diversity, deconstruction and feminist theory in geography”, argumenta que o reconhecimento das diferenças entre as mulheres não exclui uma unidade de interesses comuns ao grupo, já que, mesmo frente às mais variadas criações sociais das feminilidades e das masculinidades, ainda persistem as noções de inferioridade das mulheres enquanto grupo social, reforçando a ideia de que o reconhecimento das diferenças fortalece a luta feminista ao invés de enfraquecê-la.

A desconstrução do gênero e da sexualidade: a reconstrução sob o paradigma da diversidade

As variações dos papéis de gênero incorporadas à geografia, relacionadas às diferentes classes, idades, raças, etnias e sexualidades, não aplacaram as críticas das correntes pós-estruturalistas e pós-colonialistas, que se fundamentavam na necessidade de evidenciar as diferenças, evitando as generalizações, e na urgência em superar os dualismos ainda presentes no conceito de gênero.

A partir da crítica de que o conceito de gênero perpetuava a dominação masculina, devido ao seu caráter dual, e da concepção de cultura como pré-existente na estruturação dos papéis masculinos e femininos desempenhados pelos seres humanos, emergiram com força, na década de 90, perspectivas desconstrucionistas do conceito de gênero, que reivindicavam novas formas de produzir o saber geográfico. Essas perspectivas desconstrucionistas foram afirmadas em obras de Michel Foucault (1988) e Judith Butler (1990), bem como de Teresa de Lauretis (1987) e Donna J. Haraway (1991).

A estabilidade da identidade feminina presente nos conceitos de gênero foi um dos focos de abordagem de Butler (1990), uma das mais importantes representantes da análise pós-estruturalista sobre gênero e feminismo. A autora argumenta contra os determinismos em torno dos significados construídos culturalmente e inscritos nos corpos anatomicamente diferenciados de homens e mulheres. Segundo ela, o cumprimento de papéis a serem desempenhados pelos corpos passivos à inscrição cultural cria um destino inexorável e fixo, tão determinista quanto a noção biológica contra a qual as feministas historicamente lutavam.

A concepção de gênero como uma construção discursiva, na obra *Undoing gender*, de Butler (2004), reconhece o gênero como um mecanismo criado para regular a existência humana e naturalizar as noções de feminilidade e de masculinidade. Se, por um lado, essa regulação de gênero se sustenta em um conjunto de leis e mecanismos que norteiam as construções identitárias, por outro, ela não pode ser compreendida como mera abstração, porque são as pessoas, por meio de suas ações concretas, que constroem a realidade generificada. As normas de gênero, afirma Butler, são incorporadas pelas pessoas, regendo a inteligibilidade social das ações humanas; todavia, as normas são diferentes das ações, pois, ao experienciar as normas de gênero, as pessoas não apenas as reproduzem como as transformam, escapando do padrão idealizado de masculinidade e/ou feminilidade.

Em *Bodies that matter*, Butler (1993) argumenta que os corpos rigidizados pelas normas de gênero não estão limitados a executar os padrões hegemônicos de feminilidade ou de masculinidade, tampouco são superfícies pré-existentes e fixas; ao contrário, eles são maleáveis e materializam as identidades de gênero por meio de processos de subjetivação das normas incorporadas, que se expressam nas vivências cotidianas.

A compreensão de gênero, segundo Butler (1990), deve ir além das categorias restritivas baseadas na dualidade macho/homem e fêmea/mulher. Para ela, essa visão simplista impossibilita as alterações sociais, considerando-se que o próprio conceito operado pelas teorias feministas ainda cultiva as concepções bipolarizadas e oposicionais circunscritas nos universos femininos e masculinos. Butler (2004) propõe a compreensão de gênero como um mecanismo, uma ficção reguladora, através do qual se naturalizam as noções de masculinidade e de feminilidade, que pode servir também como uma ferramenta de desconstrução e de desnaturalização dessas mesmas noções. Seu argumento está fundamentado na ideia de que as identidades de gênero são instáveis, que elas estão em permanente transformação e que o distanciamento do conceito de gênero das noções de dualidade pode ampliar o campo semântico de gênero, incluindo, assim, pessoas que não se enquadram nos eixos binários naturalizados. Butler (1990) sustenta que não existe linearidade entre sexo, gênero e desejo e que os seres humanos, em sua vivência concreta, compõem inúmeras variações desses elementos, instituindo complexidades permanentemente abertas e em transformação constante.

A visão desconstrucionista de Butler (1990) compreende o gênero como uma contínua repetição de atos estilizados de seres humanos

que, quando atuam, incorporam uma série de significados socialmente construídos e legitimados, criando uma pretensa preservação do gênero em estruturas binárias e estáveis. Contudo, as normas de gênero são representações que, ao serem interiorizadas pelas pessoas no processo de atuação, jamais são reproduzidas em sua plenitude; portanto, são continuamente transformadas, subvertidas e, assim, desconstruídas. Nesse sentido, não existem em si as masculinidades e as feminilidades essencialmente verdadeiras, pois o gênero é performático; ele se institui mediante atuações contínuas que, se de um lado expressam as normas de gênero, por outro comportam sua desconstrução no processo de atuação, gerando configurações fora dos eixos restritivos da bipolaridade e da heterossexualidade compulsória.

As ideias de Judith Butler, que comportam identidades plurais e instáveis, com a noção do gênero performático, geraram polêmicas dentro dos movimentos feministas, altamente centrados na noção de gênero feminino como uma unidade estável das políticas de esquerda. O movimento feminista falava, a partir de grupos de mulheres e de suas respectivas reivindicações, para a construção de um projeto político de justiça social distributiva. Além disso, a visão desconstrucionista também gerava dúvidas sobre a possibilidade de se produzir, no âmbito acadêmico, investigações feministas frente à instabilidade das categorias mulher e gênero. McDowell (1991b) afirma, contudo, que essas questões são perfeitamente solúveis e que as análises científicas têm como função compreender as estruturas e os processos em que se criam as distinções que situam os seres humanos a partir de relações desiguais. Sendo assim, as análises incluem, simultaneamente, as relações econômicas e político-culturais que, de forma complexa, associam classes, etnias, raças e sexualidades em configurações específicas no tempo e no espaço. Portanto, as feministas podem lutar pela desconstrução conceitual e, concomitantemente, pela reconstrução de projetos sociais baseados na esperança utópica em torno das mulheres como grupo.

A noção de gênero como construção discursiva e ficção relacional, fruto da perspectiva pós-estruturalista, gerou novas energias para as geografias feministas, tendo em vista que as análises mais específicas que primavam pelas diferenças colocaram o espaço como um elemento fundamental no amplo campo das teorias feministas. As novas abordagens compreendiam a formação das identidades instáveis de gênero a partir dos lugares peculiares das experiências concretas das pessoas, suas constantes redefinições identitárias e, também, da posição das pessoas que emitem os discursos científicos e de quem os interpreta. As

categorias de espaço e lugar foram incorporadas também por jovens homens pesquisadores de outras ciências sociais, como é o caso do historiador Michael Lansing (2003), em “Different methods, different places: feminist geography and new directions in US western history”, o qual utiliza a produção geográfica feminista para propor métodos de construção de novas versões sobre a história do oeste americano.

Além de as novas perspectivas das geografias feministas contribuírem com campos que extrapolam a ciência geográfica, houve um aprofundamento dos debates epistemológicos dentro do próprio campo, que se compunha agora de diversas tendências e matizes de abordagem. O movimento emergente da chamada Nova Geografia Cultural firmou alianças promissoras com as geografias feministas, fortalecendo o diálogo entre esse campo e as demais áreas da ciência geográfica. As férteis relações acadêmicas com os movimentos sociais e as vinculações interdisciplinares, oriundas das bases dos movimentos feministas do mundo acadêmico e científico, contribuíram para complexificar o saber geográfico, com variadas propostas metodológicas e a ampliação do universo temático das análises espaciais. Além disso, obteve-se o reconhecimento do mérito da produção científica feminista junto aos geógrafos do sexo masculino, os quais passaram a produzir pesquisas baseadas nas teorias feministas e a compor um grupo político-científico.

O movimento feminista da geografia ampliou as noções das diferenças que marcam profundamente o espaço, em qualquer escala adotada para análise, e qualquer que seja o foco de interesse, vinculando as complexas relações entre corpos, identidades e poder na produção material e simbólica do espaço.

Influenciadas pelas teorias pós-coloniais, pós-estruturalistas e psicanalíticas, as geografias feministas – associadas às críticas das mulheres negras, de gays, de lésbicas ao perfil universal e elitizado dos movimentos sociais – aprofundaram seu caráter plural, ao abordarem desde as microgeografias do corpo até as relações transnacionais, em variadas perspectivas de análise, abrindo caminho para os estudos das sexualidades a partir da teoria *queer*,⁵ das políticas econômicas e ambientais, baseadas nas críticas ao modelo de globalização instituído.

5 O pensamento acadêmico *queer* é oriundo das contestações ao movimento social homossexual norte-americano de caráter conservador, do qual era protagonista o homem branco, homossexual, de classe média alta. Esse movimento excluía a diversidade das identidades sexuais presentes na luta pela liberdade sexual, também composta por não-brancos, travestis, lésbicas, transexuais, etc. Os pensadores *queer* comungam as ideias de que a heteronormatividade e as hierarquias sexuais precisam ser questionadas, para que outras realidades sejam visíveis, e, também, que não há linearidade entre sexo, gênero e desejo, pois as identidades são instituídas de ilimitadas configurações entre esses elementos.

A abordagem da sexualidade no campo da geografia superou uma série de preconceitos associados ao tema, e de modo inclusivo no próprio campo feminista. Domosh (1999), em seu artigo “Sexing feminist geography”, afirma que a luta das feministas contra as concepções masculinas erotizadas das mulheres tem evitado um alinhamento com as sexualidades, sob a justificativa de que isso poderia reforçar as suposições culturais de exploração sexual das mulheres e deslegitimar a autoridade feminina no corpo do conhecimento. Contudo, argumenta a autora, é impossível separar a geografia feminista das discussões da sexualidade, uma vez que, em nossa cultura, essas discussões estão sempre vinculadas às mulheres e ao gênero. As identidades de gênero, segundo ela, estão profundamente atreladas às normas da heterossexualidade, cujos ideais de masculinidade e de feminilidade são apenas inteligíveis sob a matriz heterossexual.

Binnie e Valentine (1999) analisaram o crescimento do número de trabalhos associados à sexualidade e ao espaço, argumentando que há ainda um longo caminho a percorrer para o combate da homofobia dentro da disciplina como um todo. Eles apontam que as geografias feministas apresentam ambiguidades no tocante ao estudo das sexualidades, ora colocando-se de forma favorável, ora restringindo a ampliação desse campo de estudo. Os autores aludem ainda à necessidade de superação das metodologias descritivas de mapeamentos de espaços gays e lésbicos, passando a um tratamento mais crítico das diferenças entre os dissidentes sexuais. Apesar de reconhecerem a importância dos trabalhos precedentes, sustentam a ideia de que as abordagens das sexualidades devem estar também associadas aos debates mais amplos da política econômica. A teoria *queer*, portanto, além de sua importância capital em reconhecer a formação de comunidades e culturas sexuais, é um espaço teórico no qual se pode evidenciar a exclusão e a marginalização de determinados grupos sociais nas atividades econômicas e políticas, frutos da homofobia. Segundo eles, mais do que uma leitura *queer* do espaço, é necessário empreender uma leitura *queer* da própria geografia, que tem banalizado esse campo de produção científica.

Apesar das resistências enfrentadas, houve um enorme crescimento de estudos sobre as sexualidades baseados na teoria *queer*, notadamente influenciados pelo pensamento de Judith Butler, emergente nos anos 90. Bell e Binnie (1994), em um artigo instigante, discutem a complexidade que envolve os estudos das identidades sexuais e do espaço, estabelecendo um diálogo com as teorias da performatividade e da transgressão das identidades heteronormativas, contidas nas

ideias de Judith Butler. O artigo enfoca o desempenho das identidades sexuais em espaços apropriados por grupos chamados *gay skinhead* e *lipstick lesbian*.

O primeiro grupo exercita a hipermasculinidade, exaltando os tradicionais elementos da superioridade masculina, como a cor branca da pele e o corpo musculoso moldado pelos exercícios físicos; o segundo grupo exercita, de forma exacerbada, os códigos da feminilidade hegemônica, por meio de *performances* hiperfeminilizadas dos gestos corporais e da utilização de acessórios estilizados, como maquiagens e tipos de vestimentas. O trabalho levanta uma série de questionamentos sobre a possibilidade de transgressão da ordem heteronormativa espacial, a partir das *performances* desses grupos. Isso porque os autores partem da ideia de que o espaço heterossexual não é pré-discursivo, mas criado por meio do exercício de identidades que empregam a matriz heterossexual do sexo, gênero e desejo; e, como tais grupos exacerbam o exercício das tradicionais normas de gênero, os espaços por eles criados e experienciados podem não levar à contestação e à transgressão da ordem heteronormativa. Com estes argumentos, Bell e Binnie (1994) complexificam o campo de análise dos grupos sociais que fogem à heteronormatividade, evidenciando que há pluralidades a serem contempladas no exercício das identidades sexuais dissidentes, as quais impossibilitam uma perspectiva unívoca de classificação dos grupos de gays e de lésbicas.

A ocultação de identidades homossexuais, devida à forte ideia de inferioridade atribuída aos dissidentes da heteronormatividade, com suas implicações espaciais, é tema desenvolvido por Valentine (1993a). Centrada nas experiências espaciais das mulheres lésbicas, ela alerta que, para evitar a hostilidade e a discriminação, o grupo opta, muitas vezes, por não expressar claramente sua identidade sexual em determinados locais e em determinadas épocas da vida, estabelecendo estratégias de sobrevivência. A autora argumenta que as estratégias desenvolvidas pelo grupo estudado sugerem uma análise mais complexa, levando-se em consideração que as pessoas exercitam, em diferentes espaços e momentos, múltiplas identidades.

A explicitação da identidade sexual se dá de forma consciente, mediante a escolha deliberada de espaços distantes dos locais de trabalho ou do convívio com a família, para que então possam se expressar os gestos cotidianos mais simples de afetividade, como andar pelas ruas de mãos dadas com a parceira, por exemplo. As provocações teóricas e metodológicas da autora levam ao apelo para a necessidade de se atribuir maior atenção às negociações e às estratégias desenvolvidas

pelos grupos dissidentes da sexualidade hegemônica e de se evidenciar as diferenças internas desses grupos, ainda tomados como pretensamente homogêneos.

Em “(Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces”, Valentine (1993b) argumenta que a habilidade para apropriar e dominar lugares e influenciar o uso do espaço por outros grupos não é apenas produto da heteronormatividade, mas também de sua força expressa no espaço. Portanto, o espaço compõe a realidade heteronormativa, podendo também, por outro lado, subvertê-la; segundo a autora, as análises geográficas devem superar a noção simplista da expressão material das paisagens e prestar atenção ao exercício das espacialidades sutis com grande potencial subversivo.

Namaste (1996), em “Genderbashing: sexuality, gender, and the regulation of public space”, analisa o fenômeno da violência praticada nos espaços públicos de Montreal, no Canadá, evidenciando a vulnerabilidade a agressões de pessoas que transgridem a norma hegemônica da relação entre sexo, gênero e desejo. Segundo a autora, a dimensão da violência é diferenciada para cada grupo de gays, lésbicas e *transgenders*⁶. Entre os subgrupos analisados, destaca que o grupo *transgenders* é o que mais sofre com a violência, associando a vulnerabilidade ao exercício de sua atuação como profissionais do sexo nas ruas e outros locais públicos.

O apelo ao aprofundamento das análises das sexualidades realizadas por Valentine (1993a) está acompanhado pela constatação da homofobia presente nos ambientes acadêmicos. Segundo ela, o preconceito e a negatividade associados aos temas ligados com as sexualidades dissidentes acabam por não atrair pesquisadores ao campo de pesquisa e, inclusive, dificultam o recrutamento de participantes em projetos de investigação. Isso ocorre porque há uma associação direta entre a pessoa que pesquisa e as suas opções de investigação, contraditoriamente, inclusive, com os (pseudo) pressupostos da ciência como um saber que prima pelo distanciamento entre o objeto a ser analisado e o pesquisador. Essas associações, somadas aos receios de discriminações por parte dos envolvidos em projetos de pesquisa desta natureza, têm dificultado o progresso do campo de análise das sexualidades.

⁶ O termo “transgenders” não é facilmente traduzido para a língua portuguesa como “transgêneros”, termo que acaba por adquirir novos significados na cultura brasileira. Em nossa cultura, o termo mais adequado para denominar o grupo social estudado pela autora seria “travestis”, entendidos como seres que possuem o corpo biologicamente categorizado como masculino e exercitam a identidade feminina de gênero.

A emergência de estudos ligados às masculinidades é tratada em um artigo de Robyn Longhurst (2000). A autora argumenta que as análises geográficas das masculinidades estiveram preocupadas em explorar as normas de construção da masculinidade hegemônica e suas relações com as identidades sexuais, raciais e étnicas. Além disso, os trabalhos desenvolvidos se alinharam explicitamente com o projeto político feminista, já que, com o objetivo de desestabilizar o poder da masculinidade hegemônica, adotou-se a perspectiva de compreender como se dá a construção de tal hegemonia, relacionando os campos binários da masculinidade e da feminilidade. Longhurst mostra que a expansão do tema ocorreu associada à geografia feminista, à geografia cultural e social e à geografia das sexualidades. Mais recentemente, o tema das masculinidades passou a compor a geografia urbana e as geografias de perspectivas pós-colonialistas. Contudo, as áreas da geografia física, sistemas de informação geográfica, planejamento, estudos ambientais, desenvolvimento regional e da população continuam, até o momento, impermeáveis ao tema das masculinidades.

Embora admita que novas formas de masculinidades tenham surgido a partir do desafio feminista e do ativismo político gay, o geógrafo Peter Jackson (1991) entende que há uma enorme resistência da estrutura patriarcal que compõe as relações entre homens e mulheres e o exercício das sexualidades. Por esse motivo, o autor evoca a necessidade de desenvolver estudos que compreendam as estruturas espaciais que sustentam as formas dominantes de masculinidade, a fim de indicar as possíveis linhas de resistência. O trabalho de Jackson (1994) evidencia forças de desconstrução do estereótipo masculino predominante, geralmente representado pelo homem jovem, branco, fisicamente bem dotado, viril e firmemente heterossexual, através do estudo dos impactos de uma campanha publicitária de sucesso que utilizava como modelo um homem negro, associado, portanto, a uma masculinidade periférica.

Segundo suas análises, a associação de um homem negro a elementos de sucesso redefiniu as representações sociais produzidas pela sociedade britânica e provocou mudanças de atitudes relacionadas a gênero, sexualidade e raça, a partir da desestabilização dos aspectos negativos estereotipados associados a homens negros. Assim, o autor evidencia o poder das representações sociais hegemônicas e, ao mesmo tempo, as possibilidades de transformações sociais do padrão masculino considerado ideal e superior.

Na perspectiva desconstrucionista, o espaço é concebido de forma paradoxal: de um lado, compõe as representações sociais hegemônicas dos gêneros e das sexualidades; de outro, é elemento de

subversão dessas mesmas representações, pois é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial.

A busca pela enunciação plural de saberes e por conhecimentos das teorias geográficas feministas também se expressa nos debates de temas emergentes das últimas décadas, que envolvem respostas aos processos de globalização contemporânea, incluindo as conexões transnacionais e translocais, por meio de análises políticas, econômicas e culturais associadas às questões de gênero. São relevantes as análises da organização global do trabalho, das políticas ambientais, dos fluxos migratórios internacionais, do poder dos Estados e dos direitos humanos internacionais. Nagar *et al.* (2002) estabelecem um diálogo com as perspectivas hegemônicas dos estudos da globalização, constroem pontos de convergência e sugerem a inclusão de elementos inovadores para a análise do processo. Segundo as autoras, a globalização aparece como um processo genérico, obscurecendo os locais concretos, os sujeitos e as ações que a sustentam.

Nesse sentido, as autoras chamam a atenção para a importância da utilização de análises escalares que envolvem simultaneamente espaços, sujeitos e formas de organização do trabalho. E nessa perspectiva relacional de escalas é visível a organização generificada do trabalho, das mobilidades populacionais e das diásporas. Contudo, suas propostas de análise da globalização não se restringem à visibilidade das relações de gênero, mas sugerem também novas formas de concebê-la. Os processos globais envolvem uma compreensão do local como tão importante quanto os processos espaciais gerais, e, sobretudo, a globalização deve ser compreendida como unidade não-hierarquizada de perspectivas intelectuais, tanto dos países centrais como dos países periféricos ao processo. Para as estudiosas, a inteligibilidade da globalização implica a construção de um conhecimento a partir da integração das escalas geográficas e do cruzamento das versões científicas plurais.

Massey (1994) caminha na mesma direção, complexificando a noção da análise espacial a partir do entrecruzamento de escalas. Afirma ela que há uma infinidade de relações e de fatores que se entrecruzam nos lugares, e a compreensão de suas dinâmicas não está restrita às relações locais. Os lugares são interseções tanto de dinâmicas locais como globais; isso quer dizer que as relações sociais que ali operam estão relacionadas às múltiplas escalas espaciais, e é justamente o cruzamento delas que define a especificidade dos lugares.

O contexto da globalização associado às críticas das teorias pós-colonialistas e às perspectivas desconstrucionistas das identidades, em

sua dimensão espacial, se expressa nos debates sobre as formas de produção do conhecimento geográfico, de seus resultados éticos e políticos, como forma de avançar nas discussões teórico-metodológicas de um campo de saber comprometido politicamente com as transformações sociais. Audrey Kobayashi e Linda Peake (1994), em “Unnatural discourse: ‘race’ and gender in geography”, criticam a naturalização das dicotomias presentes no discurso geográfico que ainda sustenta as análises de gênero e raça de forma dual, facilitando a construção social das diferenças materiais em uma perspectiva hierarquizada que perpetua as dominações. As construções sociais são modos de pensar, e isso envolve também a concepção de ciência geográfica e os modos de produzir tal conhecimento. A geografia praticada de forma dual, opondo natureza e cultura, material e simbólico, tem escamoteado as discussões a respeito do gênero racializado, acabando por naturalizar um discurso racista e sexista ao desconsiderar que o mundo das ideias se faz das materialidades corporais, assim como a realidade material se faz também das ideias.

A posicionalidade do pesquisador no campo de pesquisa é um importante ponto de debate do campo das geografias feministas. Katz (1992) afirma que os intelectuais precisam ter a consciência de que a construção dos objetos de pesquisa, juntamente com a posicionalidade do pesquisador em relação aos grupos que estuda, cria e recria a realidade social daqueles que estudamos; essa atitude reflexiva pode, portanto, gerar caminhos libertadores coletivos. A posicionalidade do pesquisador também é alvo de estudos de Rose (1997), que discute o poder presente nos fundamentos dos enunciados científicos e na posição de quem os pronuncia, influenciando as relações entre pesquisadores(as) e pesquisados(as). Tal qual Katz (1992), ela também evoca a responsabilidade dos intelectuais que, a partir de suas escolhas teórico-metodológicas e de seus resultados de pesquisas, constroem também a realidade socioespacial que estudam.

Kobayashi (1994) discute os problemas relacionados à legitimidade dos intelectuais ao falarem por outros grupos sociais. Segundo ela, cada intelectual deve perguntar-se “quem está falando por quem”. Argumenta, também, que essa questão implica a identidade de quem pesquisa com a mudança social, o envolvimento político e o conhecimento a respeito das hierarquias discursivas que são construídas nas relações de poder entre intelectuais e grupos pesquisados.

Os argumentos dessas geógrafas estão centrados nas relações de poder intrínsecas na produção do conhecimento científico. Elas fazem autocríticas em relação à suas posturas como investigadoras, para poderem agir no desmantelamento das hierarquias sociais, de modo a

trazer para a discussão a prática geográfica como um elemento de poder na geração dessas hierarquias.

As geografias feministas emergentes nas últimas décadas problematizaram as noções essencializadas de sexo, gênero e desejo, apresentando versões plurais da realidade socioespacial fluida, ambígua, múltipla e híbrida, além de renovar a perspectiva crítica das relações de poder inerentes aos modos de fazer a ciência geográfica, despertando a capacidade reflexiva do papel do(a) pesquisador(a) na construção da realidade socioespacial.

O conhecimento produzido pelas geografias feministas contribuiu com a ciência geográfica como um todo, ao mesmo tempo em que conquistou espaços políticos e científicos próprios. O campo não se expressa de forma unívoca, coerentemente com a sua constituição histórica dentro movimento feminista acadêmico, de natureza interdisciplinar. As pluralidades de abordagens presentes nesse campo de saber são expressões de sua riqueza teórico-metodológica, e elas se convertem também em energias que renovam os debates e o avanço científico.

As discussões a respeito de posicionamentos científicos distintos, as revisões conceituais e as alianças estabelecidas com as teorias pós-colonialistas e pós-estruturalistas promoveram, ao contrário do temor inicial, novas versões e contemplaram a alteridade na construção de saberes geográficos, sem, contudo, dismantelar o movimento político-científico da luta coletiva contra os poderes hegemônicos que regem o saber e o poder. Além disso, a superação dos pensamentos dual e oposicional que separam os universos feminino e masculino e a união do movimento feminista às lutas contra o etnocentrismo do discurso hegemônico congregaram também intelectuais, independentemente de suas categorizações de sexo, raça, etnia e de sexualidade, em uma perspectiva de desconstrução das mais variadas formas de dominação.

O rechaço das correntes majoritárias e as negações da produção científica das geografias feministas acabaram por produzir um contrapoder cada vez mais fortalecido pelo aprimoramento teórico e conceitual, que conquistou, a partir de suas abordagens complexas, o centro dos debates do mundo científico contemporâneo, trazendo para a discussão a responsabilidade da ciência na construção da realidade socioespacial. As geografias feministas são subversivas e, como se verifica em toda subversão, trazem em si os sentimentos ambíguos do temor e da excitação. Talvez aí residam sua força e sua vitalidade científica.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BELL, David; BINNIE, Jon. All hyped up and no place to go. *Gender, Place and Culture*, v. 1, n. 1, p. 31-47, 1994.
- bell hooks. Mujeres Negras. Dar forma a la teoría feminista. In: bell hooks; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; ANZALDÚA, Gloria; MORALES, Aurora Levins; BRAVNANI, Kum-Kum; COULSON, Margaret; ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de sueños, 2004. p. 33-50.
- BINNIE, Jon; VALENTINE, Gill. Geographies of sexuality: a review of progress. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 2, p. 175-187, 1999.
- BONDI, Liz. Progress in geography and gender: feminism and difference. *Progress in Human Geography*, v. 14, n. 3, p. 436-438, 1990.
- _____. Gender and dichotomy. *Progress in Human Geography*, v. 16, n. 1, p. 98-104, 1992.
- BONDI, Liz; ROSE, Damaris. Constructing gender, constructing the urban: a review of Anglo-American feminist urban geography. *Gender, Place and Culture*, v. 10, n. 3, p. 229-245, 2003.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge, 1990.
- _____. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. London: Routledge, 1993.
- _____. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.
- DOMOSH, Mona. Sexing feminist geography. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 3, p. 429-36, 1999.
- DRAKE, Christine; HORTON, Joan. Comment on editorial essay: sexist bias in political geography. *Political Geography Quarterly*, v. 2, n. 4, p. 329-337, 1983.
- ENGELS, Friedrich. *El origen de la familia, la propiedad privada y el estado*. Madrid: Fundamentos, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista de Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.
- HARAWAY, Donna J. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. London: Free Association Books, 1991.
- JACKSON, Peter. The cultural politics of masculinity: towards a social geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 16, n. 2, p. 199-213, 1991.
- _____. Black male: advertising and the cultural politics of masculinity. *Gender, Place and Culture*, v. 1, n. 1, p. 49-60, 1994.
- KATZ, Cindi. All the world is staged: intellectuals and the projects of ethnography. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 10, n. 5, p. 495-510, 1992.
- KNOPP, Larry. Sexuality and the spatial dynamics of capitalism. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 10, n. 6, p. 651-669, 1992.
- KOBAYASHI, Audrey. Coloring the field: gender, "race" and the politics of fieldwork. *The Professional Geographer*, v. 46, n. 1, p. 73-80, 1994.
- KOBAYASHI, Audrey; PEAKE, Linda. Unnatural discourse: 'race' and gender in geography. *Gender, Place and Culture*, v. 1, n. 2, p. 225-453, 1994.
- KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. Into the 1990s: a gendered agenda for political geography. *Political Geography Quarterly*, v. 9, n. 4, p. 313-36, 1990.

- LANSING, Michael. Different methods, different places: feminist geography and new directions in US western history. *Journal of Historical Geography*, v. 29, n. 2, p. 230-247, 2003.
- LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- LONGHURST, Robyn. Geography and gender: masculinities, male identity and men. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 3, p. 439-444, 2000.
- MASSEY, Doreen. *Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production*. New York: Methuen, 1984.
- _____. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- _____. Masculinity, dualisms and high technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 20, n. 4, p. 487-499, 1995.
- McDOWELL, Linda. Towards an understanding of the gender division of urban space. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 1, n. 1, p. 15-30, 1983.
- _____. Life without Father and Ford: the new gender order of post-Fordism. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 16, n. 4, p. 400-419, 1991a.
- _____. The baby and the bathwater: diversity, deconstruction and feminist theory in geography. *Geoforum*, v. 22, n. 2, p. 123-133, 1991b.
- _____. Engendering change: curriculum transformation in human geography. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 16, n. 2, p. 185-198, 1992.
- _____. Making a difference: geography, feminism and everyday life – an interview with Susan Hanson. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 18, n. 1, p. 19-33, 1994.
- _____. *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- McDOWELL, Linda; PEAKE, Linda. Women in British geography revisited: or the same old story. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 14, n. 1, p. 19, 1990.
- McEWEN, Cheryl. Gender, science and physical geography in nineteenth-century Britain. *Area*, v. 30, n. 3, p. 215-223, 1998.
- MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.
- MONK, Janice. Place matters: comparative international perspectives on feminist geography. *The Professional Geographer*, n. 3, p. 277-88, 1994.
- MONK, Janice; HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. *The Professional Geographer*, v. 34, n. 1, p. 11-23, 1982.
- NAGAR, Richa; LAWSON, Victoria; McDOWELL, Linda; HANSON, Susan. Locating globalization: feminist (re)readings of the subjects and spaces of globalization. *Economic Geography*, v. 78, n. 3, p. 257-84, 2002.
- NAMASTE, Ki. Genderbashing: sexuality, gender, and the regulation of public space. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 14, n. 2, p. 221-240, 1996.
- OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; DE BRES, Karen; MAINS, Susan; POPE, Cindy. Geographic perspectives on women. In: GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort. J. (Ed.). *Geography in America at the dawn of the 21st century*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 737-758.
- PRATT, Geraldine; HANSON, Susan. Gender, class and space. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 6, n. 1, p. 15-35, 1988.
- ROSE, Gillian. Progress in geography and gender – or something else. *Progress in Human Geography*, v. 17, n. 4, p. 531-537, 1993a.
- _____. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993b.

_____. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

SILVA, Susana M. Veleda da; LAN, Diana. Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. *Belgeo*, n. 3, p. 371-382, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Bonding in difference. In: ARTEAGA, A. *An other tongue: nation and ethnicity in the linguistic borderlands*. Durham: Duke University Press, 1994, p. 219-244.

VALENTINE, Gill. Negotiating and managing multiple sexual identities: lesbian time-space strategies. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 18, n. 2, p. 237-248, 1993a.

_____. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. *Environment and Planning D: Society and space*, v. 11, p. 395-413, 1993b.

WOMEN and geography study group (WGSG) of the IBG. *Geography and Gender*. London: Heinemann, 1984.

YOUNG, Iris Marion. Harvey's complaint with race and gender struggles: a critical response. *Antipode*, v. 30, n. 1, p. 36-42, 1998.